

ITINERÁRIO DOCUMENTAL DO MORGADO DE MATEUS E O PROJETO RESGATE¹

HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO²
Universidade De São Paulo

Por itinerário documental quero significar um percurso. Um itinerário é um percurso que um pesquisador deve fazer para obter informações ou levantar dados. No caso presente, tais informações são referentes a Dom Luís Antônio de Souza Mourão, Morgado de Mateus, que governou São Paulo entre 1765 e 1775. O que eu vou apresentar é o esquema dos passos de uma pesquisa em torno de um governador colonial. Na verdade, esse tipo de itinerário pode servir, *mutatis mutandi*, para realizar-se o estudo de qualquer governador colonial do império luso-brasileiro no século XVIII.

A tendência de um pesquisador, quando escolhe um tema, em geral, é começar logo com muito entusiasmo e com muita garra, procurando, às vezes, sem muita orientação, tudo sobre aquele tema. O pesquisador, principalmente o novato, o jovem historiador, o estudante de História, os pós-graduandos, têm a tendência a ir primeiramente consultar o arquivo mais específico, o mais atinente com o que procura. Por exemplo, no caso do Morgado de Mateus, pensa: “Vou começar pesquisando pelo arquivo da Casa de Mateus em Portugal, isto é, no arquivo da família, onde devem estar as informações mais pontuais, as mais específicas e interessantes”.

¹ (*) Texto baseado na fala apresentada em vídeo no Seminário “Em nome d’ El Rey: 2º seminário comemorativo dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus”. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de maio de 2015.

² Heloísa Liberalli Bellotto é licenciada e doutora em História pela USP, bacharel em Biblioteconomia pela FESP, e especializou-se em Arquivologia na Escuela de Documentalistas, Madri, Espanha. Na USP, de onde é aposentada, foi pesquisadora e professora de arquivística no Instituto de Estudos Brasileiros e professora da Escola de Comunicações e Artes. Atualmente é professora do Curso de Pós-Graduação em História. Lecionou na UNESP (Campus de Assis, SP) e foi professora visitante dos cursos de Arquivologia da UnB (Brasília), da UNI-RIO (Rio de Janeiro), da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal) e na Universidad Internacional de Andalucía (Espanha). Foi assessora dos Sistemas de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) e da USP (SAUSP), consultora do Projeto Resgate do Ministério da Cultura do Brasil em Lisboa, Portugal e de outros projetos de organização arquivística em todo o país, assim como tem dado cursos, conferências e comparecido a congressos no Brasil e no exterior. É autora de livros e artigos nas áreas de História, de Arquivologia e de Biblioteconomia, destacando-se as obras *Autoridade e conflito no Brasil Colonial* e *Nem o tempo nem a distância*, ambos referentes ao Morgado de Mateus, além de *Arquivos permanentes: tratamento documental*, *Tipologia documental em arquivos* e *Arquivo: estudos e reflexões*.

Esse não deve ser o caminho; o pesquisador tem de começar conhecendo todo contexto em que se deram os fatos que ele pesquisa. No caso presente – ou seja, o de pesquisar a atuação de um governador colonial – o pesquisador deve começar pela infraestrutura sobre a qual se assenta esse governo. Assim, o que eu quero oferecer aqui é um itinerário, isto é, uma sucessão de passos que devem ser seguidos, no caso, para conhecer o governo do Morgado de Mateus. Este itinerário pode servir de exemplo também para se estudar outros governadores coloniais. No caso da administração portuguesa no Brasil do século XVIII, há fontes que se encontram em território brasileiro e há fontes que se encontram em território português. Então, meu primeiro conselho ao historiador iniciante: não vá correndo pedir uma bolsa para Portugal pensando que “lá eu acho tudo”! O caminho não é esse. Então vou dividir esta explanação em duas partes: de um lado, os documentos que podem ser procurados no Brasil; depois, os que se acham em Portugal.

Qualquer estudante de História sabe que ele não pode começar logo com os documentos de arquivo. Ele deve primeiro acercar-se da bibliografia. Ele tem de procurar as fontes bibliográficas gerais em torno do tema, mesmo que algumas delas lhe possam parecer meio distantes do tema. Ele só vai poder entender o assunto pontual que procura se ele conhecer em que contexto aquela trama se assentou. No caso do Morgado de Mateus, o pesquisador deve começar na bibliografia para ter um lastro de informações de questões que já foram analisadas e estudadas por outros pesquisadores, por historiadores; para depois poder depositar o novo, o inédito. Ele deve levantar as hipóteses de trabalho do viés que escolheu como prioritário, dentro do tema maior que vai abordar (e que a princípio deve ser um viés novo, inédito, não estudado antes por outro autor). É natural que ele vá repetir o que os outros historiadores já fizeram.

O primeiro passo é começar por uma boa bibliografia de Brasil Colônia, detendo-se em especial no século XVIII. É equivocada essa tendência de certos pesquisadores de começar praticamente com Pedro Álvares Cabral, com os grandes descobrimentos, perpassar por três séculos de história para, afinal, chegar no seu tema central. O pesquisador deverá escolher qual o momento do qual ele vai partir dentro da história do Brasil e colocar-se mais pontualmente dentro dele. Mas ele só vai chegar a isso se souber discernir, dentro das fontes mais gerais da própria história do Brasil, qual o momento de partida para chegar perto do “seu” momento; no caso, analisar o governo do Morgado de Mateus. Então, na bibliografia, quais são as grandes obras da história colonial? Ele vai procurar (Francisco Adolpho de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, ou Sérgio Buarque de Holanda nos capítulos da coleção História Geral da Civilização Brasileira; vai abordar o período

pombalino nas obras de Francisco José Calazans Falcon, de Marcos Carneiro de Mendonça, de Jorge Borges de Macedo, João Lúcio de Azevedo e Antonio Carnaxide, além das pesquisas mais atuais de Laura de Melo e Sousa, Fernanda Bicalho e outros. Depois, para se acercar mais aproximadamente da própria história de São Paulo, e aí temos os historiadores imbatíveis, os clássicos da história de São Paulo como Afonso Taunay, Benedito Calixto, Alfredo Ellis, e, em especial, para o caso do Morgado de Mateus, as obras também do Caio Jardim, Nuno Santana, Lourival Gomes Machado na *História Geral da Civilização Brasileira*, Alice Canabrava, Myrian Ellis, Raymundo Faoro e mais modernamente Fernando Novaes. Aproximando-se mais da história econômica da São Paulo colonial, as obras de Sueli Robles de Queiroz e de Maria Teresa Petrone, e os “brasilianistas”, com grande destaque para a história administrativa do sul do Brasil na segunda metade do século XVIII. Temos, por exemplo, o norte-americano Dauril Alden no seu clássico *Royal Government in Colonial Brazil* que é sobre o Marquês de Lavradio, mas onde ele focaliza muito o Morgado de Mateus. Inclusive há um capítulo intitulado “Dom Luís Antônio de Sousa versus o Marquês de Lavradio”. O foco deve ser precisamente o século XVIII luso-brasileiro e especialmente o fim das políticas de Alexandre Gusmão, Dom João V, e o início das políticas de Dom José e do Marquês de Pombal. O período de vida do Morgado de Mateus vai perpassar três governanças em Portugal: a de Dom João V, a de Dom José e a de Dona Maria I. Ele nasce durante o governo de Dom João V, em 1722 e morre em 1798, no reinado de D. Maria I. Ora, essas épocas, tanto em Portugal como no Brasil, mesmo se não estudadas em profundidade, deverão ter seus traços principais conhecidos pelo nosso jovem pesquisador.

Depois de “fichada” e analisada a bibliografia, permitindo a composição de um quadro do século XVIII luso-brasileiro, vamos nos aproximar de São Paulo. Porque nós temos um século XVIII que é especificadamente uma consequência direta dos anos finais do século XVII. Foi então que se deu a descoberta do ouro em terras paulistas; as quais, por causa disso, seriam alienadas do nosso território, passando a constituir a Capitania de Minas Gerais. A história da colonização brasileira de 1500 a 1694, quando é descoberto o ouro, representa uma fase distinta da que se segue. É uma grande curva na história colonial. Aquilo que os portugueses vinham buscando há tanto e tanto tempo, acabam por encontrar. A descoberta do ouro é um marco, que traz um corte grande na história colonial. E a vida do Morgado de Mateus é consequência da nova situação. Sem Minas Gerais, São Paulo torna-se uma capitania pobre. Mas naquele momento ela ganha um novo papel: encarregar-se da militarização necessária para combater os espanhóis, que avançavam rapidamente na conquista das terras brasileiras do Rio Grande do Sul.

Até aqui só falei da bibliografia, ainda não falei em documentos de arquivo. É claro que teoricamente todos esses historiadores usaram documentos de arquivo para escrever suas obras. Mas estou mencionando o nosso jovem pesquisador interessado em estudar o governo do Morgado de Mateus. No seu trabalho, o historiador está sempre procurando o inédito, para poder trazer uma contribuição nova; mas para isso ele necessita dos dados gerais que os outros já pesquisaram por ele. Por isso a minha menção à historiografia que lhe interessa examinar, antes de dedicar-se a percorrer os arquivos.

Então, voltando ao percurso do nosso pesquisador, reitero que dentro dessa história do Brasil em geral, que ele foi analisando para chegar ao século XVIII, um ponto de partida importante é justamente esses anos finais do século XVII. A gente diz que o século XVIII brasileiro começa em 1694, com a descoberta do ouro, e acaba em 1808, na chegada de Dom João VI. O grande século XVIII no qual se situa o governo que estamos enfocando é o período transformador do Brasil colonial.

Já nos aproximamos cronologicamente do tema do nosso interesse e agora vamos nos aproximar geograficamente do tema de interesse para “cair” no governo do Morgado de Mateus. Quando surge essa nova Capitania de São Paulo, do que ela é resultado? Para responder a essa pergunta, será preciso voltar um bocado pra trás, na instalação das capitanias hereditárias. São Paulo só pode ser entendido se a gente conhecer o que foi a Capitania de São Vicente, e como ela se apresentava no fim do século XVII. Na verdade, era uma capitania imensa que tinha sido doada a dois irmãos; uma capitania que de norte a sul, ia praticamente da Bahia ao Prata. E por desígnios do destino é nessa capitania que será descoberto o ouro. Este é o grande *turning point*, ponto de mudança da história colonial, e é nessa capitania que ele vai acontecer. No sentido do oeste essa capitania vai teoricamente até aquela tal Linha de Tordesilhas, que já não existe mais, que já foi ultrapassada – mas ainda não se colocou nada em seu lugar. Então, 1750 também é o grande ano da resolução entre Portugal e Espanha, quando essa indefinição já é insustentável. É preciso que se estabeleçam seus limites na América, porque eles tinham ido muito mais adiante do que eram no século XVI.

Aquele grande momento do Tratado de Madri, que trazia tanta esperança de resolução para os conflitos de fronteira. Chegam as comissões demarcatórias vindas de Espanha e de Portugal e a demarcação acaba sendo um grande fracasso, principalmente no Sul. Trava-se ali a guerra guaraníca, embate que confronta soldados e jesuítas espanhóis contra tropas portuguesas. A demarcação é um fracasso; as fronteiras só serão realmente

restabelecidas no Tratado de San Idelfonso, em 1777, e na verdade, depois, a fronteira ainda vai para mais adiante. Afinal, é só praticamente no século XX que o Brasil chega à sua conformação atual com a incorporação do Acre etc.

Retomando o nosso tema, isto é, o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, eu estava falando em limites, falando no Tratado de Madrid. Na verdade, estou no domínio do território, que é uma geografia sobre a qual vai cair uma geopolítica. O que é a geopolítica? É a soma das políticas e das estratégias que um determinado governo aplica para assegurar a si mesmo um território que é tradicionalmente seu ou um território recém-conquistado sobre o qual é preciso assegurar a sua soberania. E é muito importante o que a gente chama de geopolítica pombalina. Quando em 1750 Pombal assume o seu posto de Secretário de Governo ou Secretário do Reino, no reinado de D. José, com muito apoio e empenho deste rei, ele gera o que se chama “geopolítica pombalina”. Ou seja, ele dá enorme atenção à tarefa de assegurar os territórios que Portugal conquistara na América. É evidente nos escritos dos filósofos políticos, nos pareceres dos membros dos tribunais régios etc., e também na cabeça de Pombal, a ideia de que Portugal já tinha chegado ao máximo que poderia aguentar em suas conquistas imperiais. Já tinha ido até longe demais daquilo que ele poderia assegurar com eficiência, em termos de ter territórios que ele pudesse cuidar, colonizar, povoar, abastecer, preservar. Suas conquistas não precisavam estender-se mais porque o tamanho alcançado já estava além das próprias forças humanas e militares, sociais e econômicas daquele pequeno país europeu. Agora era preservar e assegurar os territórios conquistados. Principalmente a partir dos finais do século XVII, com o aparecimento do ouro, justamente na capitania paulista de São Vicente. Era preciso defender a região mineira do avanço espanhol a partir do Prata. A fronteira é preocupação central na segunda metade do século XVIII. No sul e no oeste, os espanhóis avançavam a partir da década de 1760. O território no sul precisava dessa região. Os paulistas seriam chamados a fazê-lo. E sob o comando do Morgado de Mateus.

O ouro foi descoberto na Capitania de São Vicente, no final do século XVII. Nesse momento da descoberta vem o braço fiscal, o braço militar, vem a organização burocrático-colonial, dando essa grande ênfase à região de Minas Gerais. Logo depois, em 1720, aparece o ouro de Cuiabá. Em consequência da descoberta do ouro, em 1709 é criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, e acontecem todos os problemas conhecidos como Guerra dos Emboabas. Todos aqueles choques fazem com que o governo sinta que é preciso separar essa Capitania de São Paulo, antiga Capitania de São Vicente, e a nova Capitania de Minas Gerais.

Nesse momento começa a se delinear o período do Morgado de Mateus. Ele vem com o epíteto de “O Restaurador”. Vem ser o restaurador de São Paulo, de alguma coisa que já não existia. Isto porque em 1748 houve a extinção da Capitania de São Paulo em decorrência da pouca importância que tinha para a Coroa: sem comércio, sem habitantes em número considerável, sem organização político-social definida. Aquela capitania criada em 1720 ficou extinta por 17 anos.

Assim, 1748 é uma boa data para começar o estudo do governo do Morgado de Mateus. É preciso entender-se o que se passou naqueles 17 anos em que, dependentes do governo do Rio de Janeiro, os paulistas procuraram sobreviver economicamente dedicando-se às Monções (expedições fluviais que levavam o abastecimento cotidiano à região do ouro de Cuiabá) e às Tropas (expedições a cavalo que traziam o gado muar para serem vendidos na Feira de Sorocaba e destinados principalmente às regiões montanhosas de Minas Gerais).

Depois de analisar a situação geral do Brasil colonial no século XVIII, as leituras do nosso pesquisador vão se concentrar na história de São Paulo, no ano de 1748 em que a capitania viu, além de Minas Gerais, que já lhe tinha sido arrancada em 1720, serem-lhe alijados os territórios de Mato Grosso e de Goiás. O mesmo decreto de 1748 que extinguiu São Paulo criava as duas capitanias novas, a de Mato Grosso e a de Goiás. Então, nesse momento o estudioso do Morgado de Mateus fará uma leitura mais concentrada na historiografia atinente ao período compreendido entre essa extinção até a restauração. É um período ainda pouco estudado. Sabe-se que os paulistas se dedicaram às acima mencionadas Tropas e Monções. O pesquisador poderá concentrar sua leitura em trabalhos mais específicos relativos a esse momento, principalmente a grande obra, o livro de Sergio Buarque de Holanda, *Monções* (1945), para ele entender o que é, e também um artigo antológico que ele publicou na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*³, que é sobre movimentos de população nos séculos XVII e XVIII.

Esse trabalho de Sergio Buarque é básico para entender o que se passou em São Paulo nesse tempo da extinção. Paralelamente, o pesquisador também deverá realizar leituras que o levem a compreender esse embate de Portugal X Espanha, com suas políticas sempre em choque na Península Ibérica. O embate vem se refletir aqui na América nesse momento, principalmente no Prata. Então, esse pesquisador também pode se dedicar à história do império espanhol, e à história do vice-reinado do Prata, atual Argentina e Uruguai e etc., para

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da População em São Paulo no século XVII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 1, 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45622/49221>>. Acesso em: 25 set. 2015.

entender essa cobiça dos espanhóis que estão no vice-reinado do Prata. Dom Pedro de Cevallos, um grande governador daquele vice-reinado nos anos 1760 em diante, vai querer subir e invadir o território do Rio Grande do Sul, teoricamente para chegar à região das Minas Gerais, ou à nova capital do Estado do Brasil, que acabava de ser transferida da Bahia para o Rio de Janeiro.

Até aqui esse hipotético pesquisador, no seu itinerário, ainda está na bibliografia, mas ele vai concentrando, vai concentrando, para chegar ao momento do Morgado de Mateus. Sobre ele há muito pouca bibliografia, alguns livros e artigos meus, do Caio Jardim, do Afonso Taunay, do Hélio Viana, e mais alguma dezena de publicações esparsas.

Vista a historiografia, agora é o momento do nosso pesquisador acercar-se dos documentos arquivísticos, inéditos ou não; dos documentos que vão lhe trazer novas informações, além daquelas que a bibliografia básica lhe proporcionou. Só então ele vai abordar as fontes de arquivo no Brasil, partindo de São Paulo. Ele então vai organizar um itinerário de pesquisa de fontes existentes em São Paulo e, em seguida, no Rio de Janeiro. E só depois de conhecidas essas fontes existentes aqui no país ele vai se encaminhar para as fontes portuguesas.

Na cidade de São Paulo, o grande arquivo que concentra a informação sobre Morgado de Mateus evidentemente é o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nós vamos encontrar ali uma vasta documentação referente ao seu governo. Ele é o governador colonial que mais possui documentos dentro do Arquivo do Estado, é o governador colonial que teve mais documentação publicada na mais que centenária revista do Arquivo chamada *Documentos Interessantes para a História de São Paulo*, na qual constam as transcrições dos documentos manuscritos feitas por paleógrafos funcionários do Arquivo. Nessa revista, que existe desde os fins do século XIX, quarenta e um volumes são sobre o Morgado de Mateus, isto é, contém documentos do governo dele. E esses quarenta e um volumes têm, em média, quatrocentas, trezentas, duzentas e cinquenta páginas, isto é, existem cerca de doze mil e trezentas páginas de documentos publicados nos *Documentos Interessantes...* sobre o Morgado de Mateus.

Na verdade, os documentos eram selecionados pelos antigos diretores, que os assinalavam com a palavra “Interessante” em lápis de cor, para que recebessem transcrição em português atualizado e publicação. Isto é, não se publicava todo o conteúdo de cada caixa, e sim apenas os de uma escolha pessoal de alguém que, em geral, não era historiador nem arquivista. Nesse sentido, o ideal para o pesquisador é ter acesso ao conteúdo total da unidade

de arquivamento, para acessar o documento original, ainda que em forma digitalizada ou microfilmada.

Nessa documentação o pesquisador vai descobrir coisas novas, que não estavam na bibliografia, porque muitos dos historiadores que fizeram uso dela não estavam preocupados com o governo do Morgado de Mateus. Queriam estudar a história econômica, social, política ou administrativa do Estado de São Paulo, do Brasil. Já o nosso pesquisador vai começar a encontrar coisas que ele não viu naquela bibliografia; agora ele vai fichar documentos, vai começar nos “documentos interessantes”, mas, aos poucos ele vai descobrir que eles não representam a totalidade do que se acha nas unidades de arquivamento. São só os que foram julgados pelos diretores da época como sendo “interessantes”. Esse “julgamento” vigorou durante muito tempo no Arquivo. Por isso, para estar seguro de que está examinando tudo o que há sob as rubricas concernentes ao governo do Morgado de Mateus, os documentos originais deverão ser solicitados para serem lidos, seja em forma digitalizada ou não, na sala de leitura e do Arquivo. Ou on-line, quando possível.

Para o historiador, não existe *a priori* documento desinteressante ou interessante. O pesquisador, no caso do Arquivo Público, não pode cair nessa armadilha, embora seja mais fácil ler o documento impresso do que realizar uma leitura paleográfica. Também deverá solicitar a consulta a documentos um pouco anteriores ao Morgado de Mateus, e também, posteriores, porque eles sempre podem se referir ao governo. Enfim, terá muito documento para pesquisar no Arquivo do Estado.

Fora do Arquivo Público do Estado, há também muitas fontes de interesse dentro desse itinerário documental. No arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ele pode achar mais documentos referentes ao governo do Morgado de Mateus ou de interesse para compreender aquele momento histórico. Ali haverá material de interesse, tanto na Coleção Ian de Almeida Prado como na Coleção Alberto Lamego. Em São Paulo, além do Arquivo Público do Estado, para o governo do Morgado de Mateus, basicamente são essas duas grandes instituições que possuem documentos que devem ser consultados.

Depois, no Rio de Janeiro, nós vamos ter um importante núcleo documental, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, onde se acha o chamado Arquivo de Mateus, também conhecido como Coleção Morgado de Mateus. Trata-se de uma parte do arquivo privado da família lá de Portugal, que foi vendido para o governo brasileiro, para a Biblioteca Nacional, em 1968. Há um catálogo publicado sobre esse acervo. Então é imprescindível consultar esse catálogo e esses documentos. Entre eles há uma peça muito importante, que é inédita e em

cuja transcrição e notas eu trabalho atualmente. Trata-se do Diário de Governo, que é o diário feito pelo secretário de D. Luís Antônio. Ele se acha em sua forma rascunhada, reunida em 13 códices, e totalizando cerca de 900 páginas.

Também no Rio de Janeiro, nosso pesquisador deveria dirigir-se ao Arquivo Nacional, porque lá há muita correspondência entre Dom Luís Antônio e os vice-reis, nos fundos relativos aos vice-reis – portanto de 1763 em diante, até o fim do governo Morgado de Mateus, e em 1776, quando ele volta a Portugal. Fora esses dois arquivos, há ainda na mesma cidade o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que é formado de doações de documentos esparsos, familiares, ou mesmo governamentais que nem mesmo se sabem como foram parar lá. Ali há documentos muito importantes sobre o Morgado de Mateus. O pesquisador pode procurar documentação da época que lhe interessa, praticamente a partir de 1750, ou mais concentradamente, de 1765 a 1775, que são os dez anos de governo. Inclusive neste Instituto Geográfico existe uma peça muito importante para as pessoas que estejam estudando o tema. É a relação dos passageiros dos navios que vão embora em janeiro de 1776, embarcados, e vai ele e uma grande comitiva na sua viagem de regresso, com uma enorme bagagem que ele leva de São Paulo de volta para Portugal. Quanto aos mapas das inúmeras expedições militares ou de povoamento enviadas pelo Morgado de Mateus sertão a dentro, eles podem ser encontrados, também no Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Completado esse percurso, que passa pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo do IEB, o Arquivo Nacional, o Arquivo do Instituto Histórico, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e até o Arquivo do Itamaraty, está terminado o itinerário documental no Brasil. Nessa altura, nosso pesquisador já tem muito material; ele precisa tratar de organizar, senão vai perder. Se ele não souber escolher seu caminho, os aspectos que vai abordar, se relativamente ao Morgado de Mateus vai priorizar o político, o administrativo, ou o econômico, haverá um certo caos. Será que vai estudar qual o olhar do Morgado de Mateus para com as escolas, para com o ensino, ou para com os índios? Ou o seu lado militar com as suas investidas na questão do Iguatemi, que é muito estudado pelos chamados historiadores militares? Ou o lado de explorador dos “novos sertões”, de fundador de 27 vilas e povoados? Ou até o de incentivador do teatro, da música e das comemorações literárias na cidade de São Paulo?

Se o pesquisador está colhendo as fontes em geral, se ainda não escolheu um tema determinado, ele já tem algum material. Mas, a bem da verdade, não poderá se decidir sem examinar as fontes portuguesas para o estudo do Morgado de Mateus. A não ser que seu

trabalho seja realmente isso, o levantamento das fontes brasileiras. Mas se ele vai fazer realmente uma análise, ele quer levantar uma hipótese de trabalho inédita em torno de quem foi D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão enquanto pessoa, militar e fidalgo português, da sua vida pessoal e profissional, e do que fez realmente nesse governo de São Paulo, ele precisa ir às fontes portuguesas.

Em Portugal, o pesquisador também começa pela bibliografia, mas quando ele chega a uma biblioteca em Lisboa ele vai tomar um susto. Porque quando ele diz: “eu quero estudar o Morgado de Mateus”, os funcionários trazem uma documentação ou a indicam, só que ela é relativa ao “Quinto Morgado de Mateus” que é Dom José Maria de Vasconcelos, filho do nosso Morgado de Mateus. O nosso Morgado é o quarto daquela linhagem fidalga, mas pouco conhecido em seu país, onde é ofuscado pela fama do filho. Eu caí nessa confusão, e as pessoas falavam “José Maria de Souza? O grande diplomata e editor da mais bela e importante edição dos Lusíadas?” E eu: “Não, o Morgado de Mateus que governou São Paulo no século XVIII, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão”. Mas nas bibliotecas portuguesas achará em abundância material historiográfico de interesse. Os livros dos autores portugueses que abordaram o século XVIII e toda a questão da colonização – alguns já mencionados por mim acima, quando tratei da bibliografia – são facilmente encontráveis nas excelentes bibliotecas lusas.

Nos arquivos portugueses pode-se, aí sim, encontrar material abundante sobre o nosso Morgado: no Arquivo Militar, no Arquivo e Biblioteca Pública de Évora, nos Manuscritos Reservados da Biblioteca Nacional e, evidentemente, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, o principal repositório de fontes sobre o Brasil e todas as colônias portuguesas; além, é claro, da Torre do Tombo, que é o Arquivo Nacional português. Isto sem contar o Arquivo da Casa de Mateus, em Vila Real, Trás-os-Montes.

O principal arquivo que o historiador brasileiro tem de procurar em Portugal é o Arquivo Histórico Ultramarino, por que é lá que está a documentação do dia a dia da colonização. Isso porque toda a correspondência dos governadores e das autoridades das doze capitanias existentes na época, e suas capitanias subalternas, passava pelo crivo do Conselho Ultramarino. E é neste Arquivo Histórico Ultramarino que está concentrada a documentação do Conselho Ultramarino. As consultas que ele emite são como que pareceres pelos quais a maioria dessas petições dirigidas ao rei são filtradas e julgadas.

Assim, o pesquisador tem de primeiro ir ao Arquivo Histórico Ultramarino. Depois ele vai à Coleção Pombalina na Biblioteca Nacional de Lisboa, procurar um códice básico que

existe na seção pombalina, e que se chama Códice São Paulo. Tem uns quatrocentos documentos. Eu já publiquei um catálogo desses códices; é uma documentação variada e salteada, mas muito interessante para quem está estudando a história de São Paulo do século XVIII. Depois ele irá à Torre do Tombo. Vai pesquisar na chancelaria, por onde passam os grandes despachos, os grandes atos normativos, do governo. A pesquisa se concentra mais no governo de Dom José, mas pode começar pela chancelaria de Dom João V. Dom João V, Dom José e Dona Maria, são os três reinados durante os quais se passa vida do Morgado de Mateus. Ele nasce no governo de Dom João V, vive, atua e produz sua obra no governo de Dom José, e morre durante o reinado de Dona Maria I.

Depois, o pesquisador deve ir a outros arquivos em Portugal – por exemplo, ao Arquivo e Biblioteca Pública de Évora, porque ali estão documentos relativos a uma questão muito importante do governo de Morgado de Mateus, que são seus embates com Manuel da Ressurreição, Bispo de São Paulo durante aquele governo. Quando Manuel da Ressurreição falece, todo seu arquivo é entregue em Évora, pois ali foi o seu último posto. Esse bispo teve desentendimentos gigantescos com o Morgado de Mateus, porque os dois tinham que conviver no mesmo palácio, que tinha sido o colégio dos jesuítas até a expulsão destes do império português, em 1759. Essa documentação está toda em Évora e é do período mais final da gestão. Em 1774, época em que Morgado de Mateus já está cheio de problemas, está se aproximando a quebra da confiança do Rei ou da Coroa nele. Então é muito importante essa documentação de Évora para compreendermos inclusive as intrigas que eram movidas contra ele em Lisboa.

O pesquisador, muitas vezes, tem de fazer pesquisas que não resultam em nenhum resultado. É a chamada “pesquisa negativa”. A mim tocaram-me algumas dessas pesquisas, que não podiam deixar de serem feitas. Fui a Coimbra no Arquivo da Universidade, para ver se guardava alguma informação sobre filho e neto, mas nada encontrei; o mesmo ocorrendo no Arquivo Distrital de Braga.

Finalmente, no Palácio de Mateus, em São Martinho de Mateus, Vila Real de Trás-os-Montes, sede da Fundação Casa de Mateus, o pesquisador chegará ao arquivo por excelência, no sentido deste ter sido o local que abriga o arquivo da família de D. Luís, com documentos que datam desde o século XIV até a atualidade. É este o arquivo que o pesquisador pensará em consultar em primeiro lugar. Só que agora, ele terá informações e experiência que o farão realmente aproveitar melhor o material ali guardado. Esse é o arquivo da família atual e dos descendentes, dos detentores da casa, dos descendentes do Morgado de Mateus –, o atual

patriarca da família é o Conde de Mangualde, Dom Fernando Albuquerque. A pesquisa pública é possível nesse arquivo privado, desde que o pesquisador venha com alguma forma de apresentação e credenciais.

Como é evidente, ali se encontra muita informação sobre D. Luís Antônio, embora grande parte dos documentos atinentes a ele tenham sido comprados pelo governo brasileiro e se encontrem na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Há documentação relativa ao período antes da vinda para o Brasil e também tem muita documentação posterior, referente aos vinte e dois anos que ele viveu depois da volta a Portugal, tendo ali falecido em 1798. Ali estão as quase quinhentas cartas de toda a vida entre o nosso Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal Sousa Coutinho, desde que se conheceram em 1756, até a morte dele, em 1798. Há também documentação referente ao seu governo em São Paulo e que, por alguma razão desconhecida, não foi enviada para o Rio de Janeiro.

Para finalizar, eu queria me referir ao “Projeto Resgate”. Este, como a maioria dos pesquisadores e historiadores brasileiros sabe, é um projeto de grandes dimensões, provavelmente único no mundo, em que um país vai levantar, analisar, descrever, editar inventários e catálogos em forma tradicional e/ou em forma digital e/ou em formato on-line, de fontes de sua história existentes em arquivos no exterior. O projeto é coordenado por Esther Bertoletti e promovido pela Biblioteca Nacional e pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Quem é arquivista sabe a diferença entre os dois. No catálogo você descreve documentos um a um; no inventário você descreve conjuntos documentais que podem ser séries, ou conjuntos lógicos ou até fundos. O projeto resgate se espalhou por quase uma dezena de países, levantando documentação antiga do Brasil, não apenas construindo esses catálogos, mas digitalizando e microfilmando; portanto, trazendo os documentos na íntegra para os pesquisadores que não queiram ou não possam sair do país.

Em Portugal, onde eu realmente atuei no Projeto durante 12 anos, tive colegas e conheci muita gente que trabalhou nos outros arquivos na Itália, na Bélgica, na Holanda, na França, na Espanha, na Alemanha, na Áustria. Eu trabalhei unicamente no Arquivo Ultramarino. Comecei trabalhando com os documentos do fundo Capitania de São Paulo, juntamente com uma equipe de funcionários do Arquivo do Estado que se deslocaram para Lisboa em 1998. O trabalho foi finalizado em um ano, porque, ao contrário de outras capitanias, cuja descrição documental durou vários anos, São Paulo já tinha a maior parte de sua documentação descrita em um projeto anterior, de 1954. Esse projeto foi levado a cabo por um arquivista português chamado Mendes Gouveia, que produziu um catálogo em muitos

volumes, descrevendo 30 mil documentos. O catálogo, que já era célebre entre historiadores paulistas, foi publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, dentro das comemorações do 4º centenário da cidade de São Paulo. A equipe de 1998 descreveu cerca de quatro mil documentos que ainda não tinham sido descritos por Gouveia, por se acharem deslocados em outros fundos. Esse trabalho se completou graças aos esforços do professor Jobson Arruda, que coordenou a publicação dos catálogos de São Paulo em 2002 e também a sua versão digital. Foi também publicado na mesma ocasião um volume que trazia o catálogo de Mendes Gouveia, revisto e simplificado, sem alguns detalhes excessivos e até desnecessários; e mais os agrupamentos que foram estudados pela equipe paulista em 1998.

Quanto à contribuição do “Projeto Resgate” para o tema do Morgado de Mateus, podemos afirmar que o Catálogo de São Paulo traz cerca de quatrocentos documentos descritos referentes à sua gestão de 1765 a 1775. Os verbetes que descrevem minuciosamente os documentos e as suas versões do texto em forma integral, apresentados em CD Rom ou online, tem facilitado muito a pesquisa à distância.

E assim hoje nós temos à disposição dos pesquisadores uma grande extensão de documentos de pesquisa em torno do Brasil colonial, inclusive os referentes aos anos do governo do Morgado de Mateus. Hoje em dia também os historiadores têm dado especial destaque às pesquisas que vem sendo feitas na área de filologia sobre a língua portuguesa e a escrita em São Paulo, no tempo do Morgado de Mateus. Nesse sentido, muitas dissertações e teses têm surgido, assim como livros e artigos publicados. Nós, historiadores, que estávamos estudando esse período Morgado de Mateus do ponto de vista administrativo, social, político e econômico, agora também temos as pesquisas em torno da língua portuguesa: tanto graficamente, no sentido da Paleografia, como no sentido do léxico, do significado das palavras e do emprego do dia a dia da língua portuguesa como ela se expressava no São Paulo do século XVIII. Aqui em São Paulo hoje em dia começa a haver esse conagraçamento que é muito interessante para nós, historiadores de história colonial, e especialmente para os historiadores voltados para esse período do governo de Morgado de Mateus. Graças a esse acréscimo muito bem recebido do pessoal da Filologia, vimos crescer as pesquisas em torno desse tema.

Espero, com essas palavras, ter dado uma ideia daquilo que chamei de itinerário documental do Morgado de Mateus; isto é, todos os passos que um pesquisador interessado em estudos sobre o seu governo e/ou sua pessoa pode dar. Que livros, que documentos a consultar, quais instituições visitar, e qual o tipo de material que o pesquisador interessado nesses anos da história de São Paulo e, em especial, no tempo do governo de Dom Luis

Antônio de Souza Botelho Mourão, pode procurar. Que este itinerário seja útil ao pesquisador iniciante, possibilitando-lhe os instrumentos necessários ao seu trabalho.